



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS

ENSAIOS APB

**A FORMAÇÃO DA OPINIÃO
PROFISSIONAL EM
BIBLIOTECONOMIA**

Maria Nilza Barbosa Rosa

Ensaio APB, n. 88

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

**A FORMAÇÃO DA OPINIÃO
PROFISSIONAL EM
BIBLIOTECONOMIA**

Maria Nilza Barbosa Rosa

Ensaio APB, n. 88

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

**A FORMAÇÃO DA OPINIÃO PROFISSIONAL
EM BIBLIOTECONOMIA**

Maria Nilza Barbosa Rosa

Ensaio APB, n. 88

**São Paulo
Março
2001**

A FORMAÇÃO DA OPINIÃO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA

Maria Nilza Barbosa Rosa¹

INTRODUÇÃO

As relações de trabalho e o crescente desafio mundial da geração de emprego, que se apoia em um processo de transformação orientado por tecnologia da comunicação e informação, representam um impasse a ser enfrentado pela sociedade de modo geral. Entre os impasses está a formação profissional, que requer por parte dos educadores, o conhecimento das representações e das práticas de ensino no sentido de melhor orientar a ação dos alunos para que não sejam foçados a apenas reproduzir para alcançar sua qualificação, mas tenham familiaridade com o processo de construção do conhecimento e oportunidades para uma elaboração mais crítica da realidade.

O reconhecimento das mudanças operadas no mundo do trabalho levamos a questionar sobre a formação do profissional da informação, seu desempenho e familiaridade com as novas tecnologias da comunicação e informação. O que implica na análise de um quadro que envolve, além de acesso/uso, também a autonomia na busca de informações e solidez dos próprios conhecimentos. Todas essas atividades concorrem para a formação da opinião profissional, que pode ser entendida sob o ponto de vista do trabalho² e da produção do conhecimento.

Evidentemente a escola/universidade contribui para a formação profissional, que está ligada à representação que o formador tem do saber como resultado de um trabalho de produção socializada. Já a opinião profissional parece repousar sobre convicções pessoais e relações mais estreitas com a vida real, agindo como força motriz dessa formação. Portanto, opinião profissional e formação da opinião profissional fazem de um contexto, determinado socialmente, e resultam de um processo ativo de comunicação entre os sujeitos e agente da ação pedagógica.

¹ Maria Nilza Barbosa Rosa. Pedagoga e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB.

² Entendemos que o trabalho está relacionado tanto ao valor agregado ao produto social quanto aos valores culturais (estes só podem ser criados e conservados mediante o trabalho).

Considerando a hipótese desse trabalho de que o discurso que constitui a organização estrutural do Curso de Biblioteconomia na UFPB apresenta-se de forma fragmentada concentrando-se mais no fazer técnico, ou seja, no processo repetitivo, voltado para práticas de tratamento especializado dos documentos enquanto veículo da informação, tentaremos mostrar os elementos que fragilizam a opinião profissional do estudante. Para tanto, analisamos primeiramente o discurso contido nas estruturas organizacionais³, sendo nossa principal referência o documento CCB/N.33/83, que trata da elaboração do Currículo Pleno de Biblioteconomia, nessa instituição, para depois compreendermos as práticas informacionais⁴ ocorridas em sala de aula, seguindo orientações metodológicas propostas por Marteleto (1992) em seus estudos sobre a escola como espaço informacional.

Essa tarefa passa necessariamente pela compreensão do papel social do bibliotecário e pela compreensão das dimensões que caracterizam seu fazer profissional, que deve configurar-se como "*tarefa de mediação, de interfaciamento, de filtragem, de elo de ligação no processo de apropriação de novos conhecimentos*" (Oddone, 1998, p.4). Segundo o que acreditamos todo conhecimento tem origem com e pela experiência. Como postula Legroux (1981), só se chega ao conhecimento por meio das informações transformadas pela experiência pessoal. Todo conhecimento deve estar em conformidade com a realidade das coisas, por isso, a possibilidade de erro e acerto começa com a opinião (dóxa). O termo opinião, segundo o dicionário Aurélio (1986, p. 1227) significa "*modo de ver, de pensar, de deliberar*". É possível haver erro, equívoco nas opiniões, quando procuramos antecipar eventos futuros, por isso as opiniões precisam ser confirmadas pela experiência.

Nessa perspectiva este trabalho se constrói a partir da noção de opinião profissional e formação da opinião profissional. Não se trata de definir uma abordagem mais correta do Curso de Biblioteconomia na UFPB, mas sobretudo destacar os elementos que contribuem para fragilizar a opinião profissional dos alunos sobre esse curso, discutidos aqui à luz dos dados obtidos em documento oficial, depoimentos e questionário. A aplicação do questionário a alunos concluintes e pré-concluintes possibilitou-nos uma compreensão mais nítida a respeito da formação da opinião profissional nesse curso.

Ao ser firmado o vínculo entre professor/aluno/pesquisador as práticas informacionais evidenciam a variedade de acontecimentos e ações, incluída as visões dos diferentes participantes.

³ Abrangendo o período entre 1969, data da implantação do Curso de Biblioteconomia na UFPB e 1998.

⁴ Práticas informacionais, conforme Marteleto (1992, p.12) "*diz respeito aos mecanismos através dos quais os significados, símbolos e signos são transmitidos por meio de aparelhos simbólicos, entre eles a escola*".

OPINIÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DA OPINIÃO: algumas considerações teóricas.

Sócrates: Pensando nas opiniões certas (...). Quando as opiniões certas são amarradas, transformam-se em conhecimento, em ciência e, como ciência, permanecem estáveis. Por esse motivo que dizemos ter a ciência mais valor do que a opinião certa: a ciência se distingue da opinião certa por seu encadeamento racional.

Mênon: Como é interessante o que dizes!

Sócrates: Não pretendo saber isso de ciência certa; falo por conjectura, por opinião. Mas que a opinião certa e a ciência são coisas bem distintas, é coisa que não parece mais que uma simples conjectura.

Mênon: Sim.

Sócrates: Ora, vimos que duas coisas apenas eram capazes de nos guiar retamente: a opinião certa e a ciência.

Platão Diálogos - Mênon

A epígrafe indica a importância do tema opinião para grandes pensadores, por isso um posicionamento diante dele pode ser determinante de reflexão e, conseqüentemente, intuito de estudo.

A ciência e a opinião são duas coisas capazes de nos guiar retamente, como refere Sócrates. A verdadeira opinião não está na superfície, nem numa camada profunda. O conteúdo da opinião não pode ser obtido somente por uma forma específica de conhecimento – o científico – mas também por diversos campos de relações, identificados no “*limiar entre identidade e a experiência vivida, ainda que engajada no imaginário ou percepção*” (Foucault, 1972, p.220). Assim, ao tematizar a formação da opinião profissional, com o olhar agudo da opinião, queremos afirmar que ela deve ser extraída de trocas, informações transmitidas e comunicações. Embora a opinião se constitua por meio de “*formação discursiva*” esta deve conter elementos indispensáveis à formação da opinião para tornar-se “*opinião certa*”. Uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações, dir-se-á, por convenção, que se trata de uma formação discursiva, na compreensão de Foucault (1972, p.51).

Se fôssemos buscar o significado da palavra **formação**, certamente nos debruçaríamos sobre a história, à época das discussões em torno das instituições de formação, ligada ao Classicismo, ao Romantismo e ao Idealismo Alemão. Porém, nosso propósito será apenas alargar a discussão da formação da opinião em complementaridade à formação profissional.

A palavra formação, conforme o dicionário da Língua Portuguesa de A. B. de H. Ferreira, indica “*Maneira por se constituir uma mentalidade, um caráter, ou um conhecimento profissional*”. Nessa perspectiva, o objetivo primordial do

estudo, é articular as relações entre uma teorização da opinião e sua manifestação na formação profissional, ou, por outra: como os alunos de biblioteconomia internalizam as opiniões e se exprimem como futuros formadores de opinião.

Caberia perguntar, mediante as transformações orientadas por tecnologia da comunicação e informação, qual o destino das instituições que se incumbem da formação da opinião profissional? Se concordarmos que as opiniões estão entranhadas na nossa visão de mundo, poderemos estabelecer uma conexão com o pensamento socrático, de que, quando as opiniões certas são amarradas, transformam-se em conhecimento, e este se dá por meio da ciência e das relações cotidianas. Em face das diferentes experiências culturais de alunos e professores, o cotidiano pode ser conflitivo e não proporcionar efetiva comunicação entre eles.

Outra conexão pode ser estabelecida com a visão socrática: os saberes, que as pessoas identificam em seu cotidiano, provêm não apenas do conhecimento sistematizado, como também aqueles presentes nas "práticas informacionais". Mas não é qualquer opinião que vai contribuir na formação da opinião profissional. Esclarecemos com Sócrates, que é a opinião certa, conduzida por encadeamento racional.

Como parâmetro ao estudo da formação da opinião profissional, surgem aquelas questões não determinadas pelos padrões normativos, mas que estão presentes na prática social. Lembrando que a questão da formação é intimamente ligada à circunstância social, e que o paradigma de formação do bibliotecário, hoje, deriva das *"necessidades informacionais de seus usuários imediatos e potenciais, procurando estabelecer uma dinâmica entre os repositórios estáticos do conhecimento que se encontram sob sua responsabilidade e as questões vivas dos indivíduos na busca de novas informações e conhecimentos"* (Oddone: 1998, p.4).

Esta orientação corresponde ao processo de construção de conhecimento do professor sobre o ensino, em que vai construindo, de um lado, concepção com base no conhecimento sistematizado, transmitido pelo currículo oficial e, de outro, pelas interações sociais, sobretudo pelas relações que mantém com os alunos. Alguns assuntos apreendidos pelos alunos, pela forma como é planejado e organizado, não são encontrados explicitamente no planejamento de ensino, não constam da proposta curricular federal/estadual, não aparecem nos planos de curso dos professores, não são propostos como conhecimento no currículo em ação, mas se manifestam de maneira explícita ou implícita, direcionando o currículo planejado.

No caso das práticas no terceiro grau, em que se encontra o ensino de graduação em Biblioteconomia, na primeira consideração a respeito das ações que ocorrem nesse espaço é possivelmente, aquela instituída, demarcada pelos objetivos institucionais, voltados para a aquisição de uma competência técnica e a aquisição de um papel social. Competência no sentido de apreensão de determinados conteúdos, a serem empregados mais tarde, pelos alunos, nas atividades profissionais.

Dessa afirmativa decorre uma outra conseqüência: a probabilidade da prática pedagógica contrariar e obstruir a tentativa do aluno de elaborar uma imagem própria do mundo, justamente por estar subordinado a todos os esforços de uma formação multifacetada, ligada muitas vezes a reações de cunho idiossincrático e a representações equivocadas dos professores.

A experiência, diz Barreto (1985), por ser um fato pessoal, não pode tornar-se experiência de outro, pois ela se encontra na esfera mais privada da individualidade. Assim, a única forma de transmitir a experiência é por meio da informação produzida e direcionada ao fluxo de transmissão, ou seja, a uma sucessão de eventos.

Finalizando, o que nos parece certo é que *"o próprio profissional deverá produzir o caminho a ser trilhado, que não está pronto nem definido"* como sugere Tarapanoff, citada em Oddone (1998, p.6), mas se gesta a partir de sua consciência crítica enquanto sujeito de um processo histórico.

PILARES DO CURRÍCULO DE BIBLIOTECONOMIA NA UFPB

Em 6 de janeiro de 1969, através da Resolução N. 01/69 emanada pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, cria-se o Curso de Biblioteconomia na UFPB. Esse Curso é traçado por alicerces sociais, mas com vínculos reais determinados pela técnica, oriundos de uma proposta curricular datada de 1962. Para sua existência foi mantido o convênio com o Instituto Nacional do Livro (INL) e o curso tinha a duração de três anos. Só em 1974 desvinculou-se do referido instituto, ligando-se, como coordenações, ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). Em 1 de setembro de 1975, o Curso passou a ser reconhecido através do Decreto-Lei N. 76.178. Em 1974, o Conselho de Graduação da UFPB aprova a Resolução N. 16/74, que estabelece a estrutura curricular do Curso de Biblioteconomia. Essa resolução é bem mais ampla que a anterior, pois determina uma aparente flexibilização: tempo (dois anos e meio letivos a seis anos) para integralização do curso;

estabelecimento de pré-requisito entre disciplinas do Currículo Mínimo (CM), Obrigatórias (OB) e Optativas (OP).

A relação entre carga horária e disciplina é, na realidade, uma subordinação do estudante à circunscrição tempo-conceito. No entanto, a lacunaridade do discurso contido na Resolução 16/74 é ocultado pela flexibilização: conexões conceituais profundamente ligadas a um corpo de disciplinas e não matérias do currículo mínimo, complementares obrigatórias e complementares optativas. Há uma carga horária dividida em créditos.

A separação da matéria e do tempo oferece um elenco de opções, no entanto oculta que a formação da opinião será fruto da determinação disciplinadora contida tanto na legislação quanto no próprio imaginário da época. O currículo mínimo de 1962 era composto de 10 matérias classificadas em Matéria de Cunho Geral e Matéria de Cunho Profissional. Já na estrutura de 1974, houve uma ampliação significativa do número de matérias indo para 34 disciplinas divididas em três níveis: Fundamentação Geral, Instrumentais e de Formação Profissional. O que aparentemente é um leque opcional, não passa de fragmentação e, conseqüentemente, uma maior amarração da formação da opinião profissional. Por mais coerente que sejam as ementas, elas não conseguem dar uma seqüência lógica entre as disciplinas, pois há a interpretação individual na construção dos programas, surgindo assim o currículo real, que muitas vezes acaba por distanciar-se da intenção do currículo oficial.

A reforma de 1974 fica em vigor até 1983. Em 1982, o Conselho Federal de Educação, através da Resolução N. 08, de 29 de outubro de 1982, aprova o Currículo Mínimo dos cursos de Biblioteconomia. Com essa aprovação, a UFPB atualiza a estrutura curricular do Curso de Biblioteconomia com a Resolução N. 75/83 de 13/12/83, do CONSEPE/UFPB, cujo processo de ajustamento foi tramitado no prazo compreendido entre 25/10/83 a 23/12/83, quando arquivado com 59 dias de tramitação, conforme mostra o documento Currículo do Curso de Biblioteconomia (CCB/N. 33/83).

Tomando por base o tempo investido em relação aos fragmentos propostos pelo CFE - Fundamentação Geral (FG) 585 h/a, 21% do Curso; Instrumental (I) 375 h/a, 13% do Curso; Optativas (Opt), 11% e Formação Profissional (FP), que do total de disciplinas contidas no Curso (46 disciplinas); abrange 51% delas, ou seja, 25 disciplinas -, optamos por uma atenção às disciplinas cuja responsabilidade é maior na formação profissional, como mostra Tabela 1:

	Fund. Geral	Instrumentais	Form. Profis.	Optativas
Matérias	3	4	15	3
Disciplinas	7	5	25	3
Créditos	39 (585 ha)	25 (375 ha)	97 (1.455 ha)	20 (300 ha)

Distribuição de matéria e disciplina por área

Fonte: Fluxograma do Curso de Biblioteconomia, UFPB- 1998

O currículo básico significa o modelo proposto pelo Colegiado ao aluno, para que ele desenvolva o programa de estudo de maneira organizada e integrada. Em relação às disciplinas de CM e OP, o Currículo Pleno do Ensino de Biblioteconomia da UFPB engloba todas as matérias previstas pelo Conselho Federal de Educação e atende aos turnos diurno e noturno. O elenco de disciplinas optativas é oferecido semestralmente e de acordo com a procura pelo maior número de alunos. Elas existem no currículo com o objetivo de aprofundamento, complementação ou atualização de qualquer área já estudada pelo aluno. O estágio supervisionado obrigatório por lei, terá a duração de 270 h, e cada crédito corresponderá a 30 horas/atividade.

Os pilares do currículo oficial de biblioteconomia foram aos poucos sendo construídos sobre os alicerces de cunho social, no entanto, o esforço real do bibliotecário se concentrava mais no fazer técnico, decorrente do tecnicismo dominante no currículo que antecedia a reforma curricular de 1982, conforme aponta Castro (1998).

Entendemos que no tocante à formação da opinião e nestes tempos de (re) arranjo de territórios e nações, não se pode desconsiderar que estamos diante de um processo civilizatório, onde o discurso deve ser construído levando-se em conta as condições históricas da sociedade, seus parâmetros e paradoxos e sua própria opinião deliberada, concorrendo para a não criação de um discurso instituído por uma elite instituinte (Chauí, 1989).

DISTANCIAMENTO ENTRE O IDEAL PROPOSTO E O REAL VIVIDO: os questionários como instrumental

Usando a quantificação como um instrumental, buscamos maior segurança enquanto referencial, aplicando questionário aos alunos concluintes

e pré-concluintes em biblioteconomia no ano de 1998, na UFPB. Os questionários foram trabalhados na escala nominal no ano de 1998, na UFPB. sim (s) ou não (n), acrescidos do mais ou menos (+-), o que quer dizer dúvida. Este quesito "dúvida" torna-se uma categoria fundamental, pois a sociedade solicita profissionais com firmeza na tomada de decisão.

Dentro de um universo que totaliza 249 alunos no Curso de Biblioteconomia (dados fornecidos pela Secretaria do Curso), trabalhamos com um total de 22 alunos. Desses 22 alunos apenas 6 são concluintes, e 16 pré-concluintes. No total de 16 alunos, apenas 6 se dispuseram a preencher o questionário.

Decisão e dúvida são quesitos vinculados à capacidade de execução de uma atividade. Tanto para uma categoria quanto para outra, requer habilidade técnica e política. As transformações sociais ocorrem, em muitos momentos, com características revolucionárias, ou seja, com profundas rupturas, daí requerer-se velocidade e firmeza na tomada de posição tanto para se decidir quanto para se duvidar, ou mesmo se responsabilizar por ter dúvidas em se executar qualquer atividade.

A formação profissional é decorrente de uma necessidade social. A carência representada como não aptidão para o ingresso no mundo do trabalho, compromete a ação pedagógica desejada, impõe um esforço técnico para compreender a ausência de uma ação informacional não de todo harmonizada com o discurso pedagógico e, por sua vez, com a prática profissional. Daí ter o currículo uma responsabilidade que transcende o acadêmico e o profissional, pois busca atender uma relação coletiva. Nessa base nos pautamos e recorreremos aos vinte e dois itens referentes às "atividades profissionais" contidas no documento CCB/N. 33/83, onde há destaque para um elenco de objetivos que conduzirão pretenciosamente o discente para uma formação profissional, adequada tanto às necessidades do trabalho quanto da própria circunstância social.

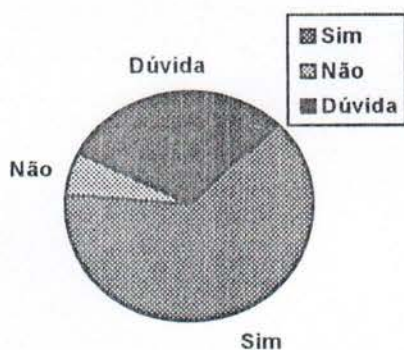
A iniciativa de transformar os itens do documento CCB/N. 33/83, em questionamentos, tem sentido mais amplo que aquele representado pelo sim, pelo não, ou pelo mais ou menos. O questionamento, na realidade, remete o discente para uma reflexão, ou mesmo para uma flexão sobre a que bases valorativas está submetido e que acabam por denunciar se ele tem ou não conhecimento dessas bases e para onde será remetido quando os objetivos forem concretizados.

Num olhar, em vias mais apuradas, começam a surgir conjecturas entre a reunião dos dados e seu tratamento. Mas por que conjecturas e não certezas?

Porque temos a firmeza em decidir pela dúvida sobre qualquer afirmativa oriunda de uma base de dados empíricos, mesmos sendo esta base resultado de um volume muito grande, denotando que a quantificação é um instrumental de aproximação e não de definição, e inevitavelmente nos conduz a um nível bem marcado pela confiança em interpretar do que na precisão interpretativa.

A nossa interpretação teve maior ênfase no quesito "dúvida", pois ela aqui representa o discente a duvidar de sua própria habilidade em executar uma atividade, como está proposta no documento CCB/N. 33/83, onde assim se dispõe: "facetadas da profissão". Esse termo extraído do Currículo Pleno de Biblioteconomia, indica as determinações internas do curso, e refere-se aos objetivos contidos nesse documento. São objetivos expressos, previstos e explícitos que se alcançarem na prática pedagógica explícita.

A proporcionalidade das respostas às perguntas formuladas pelo questionário, pode ser visualizada no gráfico 1



Demonstrativo do desempenho profissional dos alunos

Fonte: [Questionário aplicado aos alunos de Biblioteconomia - UFPB, 1999].

Apesar da resposta "sim" ser maioria (64%) e a resposta "não", minoria (6%), é o quesito "mais ou menos", que nos referimos enquanto dúvida, que soma um percentual significativo (30%), ou seja, quase um terço das "facetadas profissionais" não alcançou sua concretização, o que se incluem as atividades profissionais e os conhecimentos necessários para o desempenho da profissão.

Através da leitura das respostas ao questionário, começamos a detectar o que já dissemos sobre a potencialidade fragilizada do discente já em fase pré-profissional. Essa fragilidade demonstrada pelos alunos, no que refere ao desempenho profissional, se dá em decorrência das relações entre capacitação para o trabalho e condições concretas de acesso ao mundo do trabalho. À primeira, acrescente-se a produção de conhecimento necessária aos processos de seleção, classificação, avaliação e recuperação da informação; à

segunda acrescenta-se o produto excedente, que exerce função ideológica. Conforme Marteleto (1992, p. 253), a oferta é sempre mais extensa do que aquilo que é recuperado, por isso a recepção é múltipla e dispersiva.

No quesito "Administrar bibliotecas e centros de informação", a maioria dos respondentes demonstrou dúvida quanto ao desempenho dessa atividade, e nas questões que também envolvem serviços de bibliotecas, esses respondentes revelaram insegurança na sua *performatividade*⁵. Acreditamos ser indispensável à formação do profissional bibliotecário, um certo domínio em "administrar, supervisionar e coordenar bibliotecas e centros de informação", mas a dúvida demonstrada por alguns alunos, em relação ao domínio dessas "facetas da profissão", nos permite diagnosticar as predisposições desses discentes frente às dificuldades para desenvolver tais habilidades.

Para desenvolver atitudes favoráveis face a tarefas profissionais propostas (atitudes no sentido de indicar pretensões de ação e não a ação propriamente dita, realizada), os alunos de biblioteconomia devem-se ater às competências correspondentes às exigências de informação, de linguagens e de práticas efetivas que lhes permitam alargar o horizonte da sua vida profissional, pois não basta a performatividade técnica, requer-se também a construção de um estoque organizado de conhecimentos, onde não só os conteúdos, mas o uso de novas linguagens poderá favorecer-lhes no sentido de ampliar as habilidades profissionais. Os alunos se ressentem de uma formação acadêmica mais sólida quando se vêem às portas para assumirem um trabalho na área. As oportunidades de experiências precisam ser ampliadas para que o aluno tenha uma formação profissional consciente e adequada à realidade regional e brasileira. Por isso mesmo não devemos contemplar um currículo unidirecional como o atualmente em vigor, que se dirige ao tradicional mercado de trabalho. O currículo deve estar incorporado à idéia de produtor das condições que contribuem para construir uma nova ordem social.

Como já foi salientado, não pretendemos generalizar, mas buscamos nestes quesitos respondidos, uma maior aproximação com o que acreditamos ser o colóquio entre capital investido (tempo e recursos públicos como também do aluno) e produto, sendo este a própria mão de obra qualificada para o exercício profissional. Mas diante do quesito dúvida, tão abordado no campo respondente, passamos, por nossa vez, a sentir dúvida na segurança da opinião do profissional por parte dos alunos que já se colocam para o exercício da profissão. Se avaliarmos o currículo oficial, podemos evidenciar, através das próprias falas dos alunos, a incerteza da capacidade profissional. Isso nos

⁵ Esse termo é utilizado por Lyotard (1990) para indicar o desempenho de uma vertente do saber, ou seja, do ensino. Assim, performatividade, aqui, refere-se ao desempenho do aluno.

conduz a mais um questionamento: será que esse aluno está efetivamente apto para a atuação profissional? Cremos que a resposta seja não. Mas, como explicar-lhe a sua inaptidão após um investimento de capital tempo-recurso no entorno de 48 meses (4 anos) para o turno diurno a 60 meses (5 anos) para o turno noturno. Se, e somente se, for deslocado o eixo de atuação do aluno para a docência e/ou para a própria instituição, começaremos a ter novas interpretações, entre elas a de que haja docentes apartados do ementário. Desta forma, voltamos a deduzir que surge uma nova situação: o currículo oficial é duplicado, ou seja, há um currículo institucional e há um outro enquanto constructo do docente, que ele elabora ou sintetiza a partir de dados ou conceitos próprios às suas idiossincrasias, sendo este, o constructo, o elemento de interface entre o currículo oficial e o currículo real.

Mesmo assim continuamos com a incógnita: o aluno está ou não preparado para executar as atividades profissionais, uma vez que ele próprio coloca em dúvida grande parte de sua capacidade de elaboração profissional. Como já foi ressaltado, acreditamos que o currículo oficial é uma pretensão ideal, e talvez atingir sua plenitude seja um horizonte utópico, que se estabelece enquanto referência para docentes e discentes numa busca coletiva.

Adequar o aluno às especificidades das tarefas que terá que cumprir como profissional não é propriamente obrigação da universidade, pois cabe a ela promover reflexão sobre as práticas de modo geral. Mas cabe também a ela proporcionar aos alunos situações de experiências com o uso das técnicas. Como destaca Oddone (1998: 2), *"muito mais relevante é o papel que lhe está reservado nos processos de comunicação e transferência de informação e de mediação na construção do conhecimento"*.

Os alunos quando procuram um Curso de Graduação, na verdade estão em busca de habilitação profissional e de habilidades técnicas para o seu desempenho, e nesse sentido o Curso de Biblioteconomia da UFPB atende perfeitamente. Porém, num sentido academicamente restrito, em que deveria conciliar a expectativa do aluno com a postura crítica incentivando-o a refletir sobre os conteúdos recebidos, e com as técnicas, isto é, as formas de "fazer", detectamos a necessidade de transposição do nível de fragmentação que ainda permeia os discursos e as práticas das professoras e alunos. Desse modo, torna-se difícil entender a formação do profissional da informação, se a natureza e a função da biblioteconomia continuam dicotomizando teoria e prática, cotidiano e vida acadêmica, ação informacional/ação pedagógica e compromisso social.

Estamos conscientes de que a qualificação do profissional não é garantia de emprego e nem o cria. Entretanto, no atual quadro econômico, os novos empregos passarão a absorver os profissionais mais qualificados, envolvendo além da capacidade técnica, a criatividade.

CONCLUSÕES

O currículo oficial, por meio de determinantes internos, procura atender ao mercado mas não o determina. Já o currículo real, no qual se projetam os valores, atitudes, modos de atuação e expectativa dos agentes, é o determinante da opinião e das circunstâncias de mercado.

Os dados coletados apresentam resultados que levam à conclusão de que, na ausência de uma reflexão mais acurada por parte dos professores, falta-nos (e aqui insiro-me ao contexto de forma visceral, pois não há como refletir sem estar contido no próprio sistema) um discernimento sobre os paradigmas que determinam a natureza do ensino profissional e, neste caso, não há como negar que haja dúvidas (metódicas ou gerais) do valor imposto sobre a competência eficiente e eficaz do estudante, ou seja, ele é apenas objeto de formação profissional e não sujeito com direito de receber. Gerar a informação, discutir e decidir sobre essa informação são atitudes que favorecem tanto à formação da opinião profissional quanto à prática profissional.

O resultado desta análise aponta alguns pontos que precisam de trato: o primeiro, refere-se ao currículo oficial que deve nascer da necessidade de responder aos problemas práticos da sociedade, mas da forma como está elaborado não possui os meios exigidos para abordá-los.

A razão de ser de cada curso de formação profissional é, fundamentalmente, desenvolver competências disciplinares capazes de gerar novos saberes e de colocar tais competências a serviço da sociedade, pondera Lyotard (1990). Mas o currículo oficial não é o real, por isso o recorte do real que os atores sociais irão fazer, os métodos e as técnicas a que vão recorrer é que indicam a realidade do ensino.

Um outro ponto sobre o qual abordamos é que, para que haja ruptura com o ensino tradicional, é necessário vontade política da reinterpretação e de comunicação das práticas pedagógicas não como um instrumento de ensino, mas como relações políticas para o ensino. O tempo escolar visto como capital ou como um bem, não deve mais ser entendido na contingência de um locus

vazio, que precisa ser preenchido com conteúdos abstratos de idealizações (ementas) externas aos atores e ao cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, C. A. *Um olhar distanciado para os velhos objetos: a constituição do campo da Biblioteconomia no Brasil- questões educacionais: 1960-1970*. São Paulo: USP, 1988. Tese (Doutorado em Educação).

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1989.

CURRÍCULO DO CURSO DE BIBLITECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB (CCB/N. 33/83).

FERREIRA, A B. H. *Dicionário da língua portuguesa*. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 1986.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Petrópolis, Vozes, 1972.

LEGROUX, J. *De l'information à la connaissance*. Paris, Mesonance, 1981.

LYOTARD, J. F. *O ensino e sua legitimação pelo desempenho*. In: *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990. p. 98-100.

MARTELETO, R. M. *Cultura, educação e campo social: discursos e práticas de informação*. Rio de Janeiro: ECO/ UFRJ, 1992. Tese (Doutorado em Comunicação).

ODDONE, N. *O profissional da informação e a mediação de processos cognitivos: a nova face de um antigo personagem*. Rio de Janeiro, 1998: 10 p. Digitado.

PLATÃO. *Diálogos, Mênon*. Trad. Jorge Paleikat. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d.

ENSAIOS APB

Coordenação editorial: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

- 88 – ROSA, Maria Nilza Barbosa. A Formação da Opinião Profissional em Biblioteconomia. Mar. 2001.
- 87 – BARRETTO, Maria Paula R. Pereira. Universo Jurídico na Área da Biblioteconomia. Fev. 2001.
- 86 – VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Metadados (Revisão de Literatura). Jan. 2001.
- 85 – CÔRTE, Adelaide Ramos e. A Biblioteconomia frente às inovações tecnológicas. Dez. 2000.
- 84 – CUNHA, Miriam Vieira da. O Profissional da Informação: Formação e Mercado de Trabalho - 3 (Revisão de Literatura - Abordagens Institucional e Educativa e Funções). Nov. 2000.
- 83 – CUNHA, Miriam Vieira da. O Profissional da Informação: Formação e Mercado de Trabalho - 2 (Revisão de Literatura - Abordagem Funcional). Out. 2000.
- 82 – CUNHA, Miriam Vieira da. O Profissional da Informação: Formação e Mercado de Trabalho - 1 (Revisão de Literatura). Set. 2000.
- 81 – SILINGOVSKI, Regina Rita Liberati. O software "Database Marketing" como instrumento na tomada de decisões na administração da informação. Ago. 2000.
- 80 – MARCHIORI, Patrícia Zeni. Navegar é preciso: como entender a estrutura de busca na Web. Jul. 2000
- 79 – MOLOGNI, Michele. Programa INFOINDEX: a agilidade no trabalho de classificação e indexação. Jun. 2000.
- 78 – TOMAÉL, Maria Inês et al. Fontes de informação na Internet: acesso e avaliação das disponíveis nos sites das Universidades. Maio 2000.
- 77 – TOMAÉL, Maria Inês et al. Critérios para avaliar fontes de informação na Internet. Abr. 2000.
- 76 – DUTRA, Miriam Regiane. A indústria da informação no Brasil: reflexões. Mar. 2000.
- 75 – VERGUEIRO, Waldomiro. Qualidade em serviços de informação: o foco no cliente. vol. 2. Fev. 2000.
- 74 – VERGUEIRO, Waldomiro. Qualidade em serviços de informação: o foco no cliente. vol. 1. Jan. 2000.
- 73 – SOUZA, Samuel R. M. de. Como fazemos as coisas por aqui? Bibliotecários e Cultura Organizacional. Dez. 99.
- 72 – PEREIRA, Enidélci A. Zaquia et al. Agentes de Tecnologia: uma experiência de estágio na área de informação e gerência do Curso de Biblioteconomia da UEL. Nov. 99
- 71 – VALENTIM, Marta Lígia Pomim. A atividade de investigação em Ciência da Informação. Out. 99
- 70 – MARQUES, Eliana Maria. Biblioteca Pública no Brasil: sonho ou realidade? Set. 99
- 69 – FIERLI, Aglaé de Lima, CATARINO, Maria Elisabete. Classificação Decimal de Dewey em CD-ROM. Ago. 99.
- 68 – FREIRE, Bernardina M. Juvenal, PEREIRA, Raquel G., LIMA, Geysa F. C. de. Biblioteca volante em canteiro de obras: relato de uma experiência. Jul. 99.
- 67 – ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Agora informacional. Jun. 99.
- 66 – OLIVEIRA, Ana Lúcia Antunes de. A biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem: uma experiência. Maio. 99.
- 65 – ALMEIDA, Elisângela Lino de. Conservação e acondicionamento de discos de vinil e fitas cassetes. Abr. 99.
- 64 – FIGUEIREDO, Nice. Automação das bibliotecas universitárias: a visão dos usuários. Mar. 99.
- 63 – BLATTMANN, Ursula, DUTRA, Sigrid Karin Weiss. Atividades em bibliotecas colaborando com a educação a distância. Fev. 99.
- 62 – LIMA, Vânia Mara Alves. Comunicação e representação documentária. Jan. 99.
- 61 – GOMEZ, Margarita Victoria. Educação e informática: caminho entrelaçado com a biblioteconomia. Dez. 98.
- 60 – BROWN, Doris R. O consórcio nas bibliotecas acadêmicas dos EUA. Nov. 98.
- 59 – MODESTO, Fernando. O bibliotecário e o mercado de trabalho: estratégias para o emprego. Out. 98.
- 58 – FIGUEIREDO, Nice. A automação das bibliotecas universitárias: resultado de pesquisa. Set. 98.
- 57 – SOUZA, Marta Alves de. Fontes de informação em Ciências Exatas: uma síntese. Ago. 98.
- 56 – SIQUEIRA, Maria das Graças. Ler é conquistar autonomia. Jul. 98
- 55 – COSTA, Márcia Betânia da. Implantação do movimento 5S's em unidades de informação. Jun. 98.
- 54 – GAUZ, Valeria. O bibliófilo José Mindlin: impressões de um encontro. Maio. 98.
- 53 – RUSSO, Mariza. Bibliotecas universitárias brasileiras: diretrizes para o próximo milênio. Abr. 98.
- 52 – FERREIRA, Margarida M. Estudo do formato para registro bibliográfico Marc: volume 2. Mar. 98.
- 51 – FERREIRA, Margarida M. Estudo do formato para registro bibliográfico Marc: volume 1. Fev. 98.
- 50 – FIGUEIREDO, Nice. Repensando a biblioteca universitária brasileira: como prosseguir - notas para um projeto de pesquisa. Jan. 98.
- 49 – FIGUEIREDO, Nice. Repensando a biblioteca pública brasileira: considerações em torno de resultados de pesquisa. Dez. 97.
- 48 – TOMAÉL, Maria Inês. Informação e globalização: reflexos de uma nova era. Nov. 97.
- 47 – RECINE, Analúcia Viviani dos Santos. Análise de partituras. Out. 97.
- 46 – MODESTO, Fernando. O bibliotecário e o mercado de trabalho: alguns comentários. Set. 97.
- 45 – TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Linguagem documentária. Ago. 97.
- 44 – LIMA, Justino Alves. As entidades da biblioteconomia: uma tentativa de globalização e uma iniciativa de intervenção política. Jul. 97.
- 43 – BARRETO, Angela Maria. Conversas com quem gosta de informar. Jun. 97.

- 42 – FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elaboração de tesouros monolíngues com o programa TECER: considerações sobre o uso. Maio 97.
- 41 – SANTOS, Jussara Pereira. O ensino de biblioteconomia no Mercosul: propostas de integração e harmonização curricular. Abr. 97.
- 40 – SMIT, Johanna W., MACAMBYRA, Marina M. Tratamento de multimídia. Mar. 97.
- 39 – LIMA, Justino Alves. Mobilização para uma política de conservação e manutenção de acervos contra o agente biológico humano. Fev. 97.
- 38 – SOUZA, Francisco das Chagas de. O bibliotecário brasileiro e seu humanismo. Jan. 97.
- 37 – ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Roubo, depredação de materiais e campanhas educativas em bibliotecas: proposta de um modelo de avaliação. Dez. 96.
- 36 – FERREIRA, Sueli Mara S. P., KROEFF, Márcia S. Referências bibliográficas de documentos eletrônicos: vol. 2. Nov. 96.
- 35 – FERREIRA, Sueli Mara S. P., KROEFF, Márcia S. Referências bibliográficas de documentos eletrônicos: vol. 1. Out. 96.
- 34 – MARCHIORI, Patrícia Zeni. Eram os deuses astronautas? ou São os bibliotecários, profissionais da informação? Set. 96.
- 33 – MARTUCCI, Elisabeth Márcia. Abordagem qualitativa de pesquisa em biblioteconomia: uma introdução. Ago. 96.
- 32 – GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Legislação profissional do bibliotecário. Jul. 96.
- 31 – ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Sociedade de informação: espaço da palavra onde o silêncio mora? Jun. 96.
- 30 – BARTALO, Linete et al. A importância da leitura na formação do professor. Maio. 96.
- 29 – MODESTO, Fernando. Combate ao vírus de computador na biblioteca. Abr. 96.
- 28 – SOUZA, Marta Alves de. Internet: a rede global. Mar. 96.
- 27 – LANE, Sandra S., VAL, Marta R. S. Ribeiro do. Preservação de acervos de bibliotecas: Parte II. Um modelo de programa local. Fev. 96.
- 26 – LANE, Sandra S., VAL, Marta R. S. Ribeiro do. Preservação de acervos de bibliotecas: Parte I. Degradação dos materiais. Jan. 96.
- 25 – VERGUEIRO, Waldomiro C. S. Gestão da Qualidade e Bibliotecas Públicas: o difícil caminho para as instituições brasileiras. Dez. 95.
- 24 – SILVA, A. M. S., ALMEIDA, G. M. A. B., BELLUZZO, R. C. B. O Plano de Gestão da Qualidade e sua implantação na rede de bibliotecas da UNESP: relato de uma experiência. Nov. 95.
- 23 – SMIT, Johanna. Algumas questões sobre os documentos audiovisuais em bibliotecas. Out. 95.
- 22 – FARIA, Ivete Pieruccini. Livro e leitura no Brasil: alguns aspectos acerca da entrada do impresso no país. Set. 95.
- 21 – FUJINO, Asa. A gestão da informação no processo de cooperação universidade-empresa: uma visão crítica. Ago. 95.
- 20 – CÔRTE, Adelaide Ramos e. Memória técnica. Jul. 95.
- 19 – MODESTO, Fernando. Apontamentos sobre a ergonomia na implantação e uso do computador na biblioteca. Jun. 95.
- 18 – LIMA, Justino Alves. Bibliotecas e bibliotecários: o perfil de um caso. Maio 95.
- 17 – CARDIN, Tânia Maria Sanvezzo. Lixo reciclável x incentivo à leitura: uma relação que deu certo no município de Iporã - PR. Abr. 95.
- 16 – VALLS, Valéria. O espaço do bibliotecário no gerenciamento de documentos do Sistema da Qualidade. Mar. 95.
- 15 – ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública: ambigüidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. Fev. 95.
- 14 – VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Leitura Técnica e seu Papel na Pesquisa & Desenvolvimento. Jan. 95.
- 13 – ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O Espaço da Biblioteca: uma reflexão. 1994.
- 12 – RIVA, Eliane Barbosa et al. Terceira Idade: programa integrado. 1994.
- 11 – TOMAZELLI, Angela M. et al. Criança de Periferia não Lê: desmistificação. 1994.
- 10 – SILVA, Helen de Castro et al. Um espaço para a Fantasia. 1994.
- 09 – LARROUDE, Rita Luisa et al. Terceira Idade: relato de uma experiência, 1991-1992. 1994.
- 08 – FERREIRA, Marta Nosé et al. Projeto "Soma". 1994.
- 07 – DIAS, Maria Cristina Santarém et al. Alternativas para Contornar a Crise da Leitura: uma experiência do ônibus-biblioteca na cidade de São Paulo. 1994.
- 06 – BARROS, Maria Helena T. C. de. A Atuação da Biblioteca Escolar: relato de uma crise. 1994.
- 05 – OLIVEIRA, Silas Marques de. A Crise dos recursos Humanos em Bibliotecas. 1994.
- 04 – MURGIA, Eduardo. A Crise da Informação. 1994.
- 03 – TAVARES, Maria Christina de Moraes. Atuação da Biblioteca Infanto-Juvenil. 1994.
- 02 – MOSTAFA, Solange Puntel. Balcão de Informações: o mercado emergente. 1994.
- 01 – MELO, José Marques de. Comunicação de Massa x Leitura. 1994.